

Paula Rodríguez Marino

As noções de texto e discurso nos Estudos Culturais: Stuart Hall, David Morley e John Fiske.¹

Resumo

A partir do enfoque dos Estudos Culturais e, mais especificamente, das propostas de Stuart Hall, David Morley e John Fiske discutem-se conceitos básicos nas análises discursivas e textuais, sobretudo as categorias de “texto” e de “discurso midiático”. As semelhanças e divergências entre as perspectivas textualista de Fiske e culturalista de Hall e Morley também são problematizadas, retomando uma polêmica que tem dominado boa parte da produção dos Estudos Culturais nas últimas décadas. Palavras-chave: Estudos Culturais-texto- discurso

Introdução

A partir do enfoque de três dos mais destacados autores da linha dos Estudos Culturais, Stuart Hall, John Fiske e David Morley, este trabalho problematizará as categorias de “texto” e “discurso midiático”. Abordam-se tanto estas definições como as noções de “código”, “programa televisivo”, “leitura dominante”, “leitura negociada”, e “leitura de oposição”.

O objetivo é clarificar alguns dos limites desses conceitos, suas diferenças a partir da perspectiva de cada um desses autores. Ao mesmo tempo, identificam-se certos problemas que aparecem nessas considerações, compartilhadas por diversos autores dos Estudos Culturais, que se ocupam tanto das *análises discursivas ou midiáticas* - considerando que são poucos os autores que atualmente assumem-se dentro desta linha-, quanto das *análises textuais*, mesmo quando essa dicotomia entre *textualistas* e

discursivistas (ou culturalistas) não está resolvida nos estudos de recepção.

Na linha dos Estudos Culturais, a concepção dos conceitos de “discurso”, “texto”, “programa televisivo”, “código”, “leituras dominantes”, “negociadas” e de “oposição” levam implícitas várias questões: a ruptura com a concepção passiva das audiências; a recuperação do papel dos mídia na circulação das definições e representações ideológicas dominantes; a crítica à idéia de que os textos midiáticos estabelecem uma relação de transparência com a *realidade* e com a significação; a preocupação em aprofundar as formas de estruturação ideológicas e lingüísticas. Estas problemáticas questionam os limites da codificação textual e põem em cena a relação das audiências com os textos e discursos midiáticos (Hall, 1996 :270:271). Mas, ao mesmo tempo, elas manifestam uma ruptura aparente com as análises textuais, em favor das análises discursivas, quando na verdade, dentro dos Estudos Culturais não existe uma clara diferenciação entre as duas abordagens.

Programa, texto e discurso

Na análise de um programa televisivo, é preciso, antes de tudo, uma primeira distinção entre “texto televisivo”, “discurso” e “programa televisivo”. Fiske é quem define este último, claramente, como “... um fragmento do output televisivo. Tem limites claros, tanto temporais quanto formais, e se relaciona com outros programas em termos de uma similaridade genérica e, mais essencialmente, de diferença (...) O programa é uma entidade

(1) Este trabalho faz parte do projeto Condições Discursivas de Produção. Alguns Traços Enunciativos da Music Television e da MTV Brasil e foi apresentado no III Seminário Internacional de Comunicação, Grupo de Trabalho: Semiótica, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre- RS, outubro de 1999 e no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Grupo de Trabalho: Teorias da Comunicação, Intercom/ Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro- RJ, 3 a 9 de setembro de 1999.

Paula Rodríguez Marino é Docente da Faculdade de Ciências Sociais/ Universidade de Buenos Aires e Mestre em Comunicação e Informação do Programa de Pós- Graduação em Comunicação /Universidade Federal do Rio Grande do Sul (bolsa CAPES) e membro do Núcleo de Pesquisa em Mídia no Cone Sul/ UFRGS.

fixa e estável, produzida e vendida como mercadoria, organizada por estruturas de programação em pacotes de distribuição” (Fiske, 1987:14)

O texto, por sua parte, seria, para Fiske: “...o lugar de conflito entre suas forças de produção e os modos de recepção (...) mostra como a ideologia dominante é estruturada nos textos populares pelo discurso e convenções que nutrem as práticas de produção e que são uma parte da sua recepção” (1987:14)

Tanto o programa televisivo quanto o texto teriam uma *materialidade física* com códigos de representação próprios (os da tecnologia da escrita, do som, do audiovisual, como os livros, fotografias e vídeos). Ao mesmo tempo, considera-se o texto aquilo que seria imprescindível para a produção de sentido. Assim Fiske outorga um caráter de importância ao texto que não aparece tão destacado nas considerações de Hall e Morley. Para eles, o texto está presente, mas, centram sua preocupação em evitar qualquer postura que possa implicar a ancoragem do significado no texto, e assim, cair numa mitificação do mesmo.

Hall (1992b), Fiske (1987) e Morley (1992) rejeitam a idéia de “produtividade do texto”, se ela for entendida, simplesmente, como a capacidade do texto de fixar as audiências num lugar de identificação não problemática nem contraditória (Hall, 1992b: 159). Hall e Morley centram-se principalmente, a produtividade *real* do texto nas articulações com práticas sociais e com a *efetividade* das representações ideológicas que aparecem nele (Hall, 1992b: 159). Fiske, por sua vez, toma uma postura mais *formalista*, considerando que essa capacidade de “produtividade textual”, de gerar significações, é uma propriedade textual, porém não de qualquer tipo de texto junto dos “textos abertos”². Apesar disso Fiske, Hall e Morley levam em consideração o papel das audiências que produzem seu próprio texto ao “assistir à televisão”. Assim, a produtividade do texto transforma-se quase numa estratégia de leitura através da qual as audiências

produzem sentido. O que permanece na visão de Fiske - como na de Stuart Hall - é a natureza codificada do texto e a noção de *materialidade*, tanto para o texto quanto para o programa televisivo.

Por outro lado, John Fiske, David Morley e Stuart Hall (1996:120) compartilham com vários dos autores mais destacados dos Estudos Culturais (Turner, Neale, Krutnik, Feuer, Allen e Grossberg, entre outros), o reconhecimento de que qualquer programa televisivo é merecedor de uma análise aprofundada, não estabelecendo uma dicotomia entre *alta* e *baixa qualidade*. Além disso, a noção mesma de qualidade perde importância neste enfoque. Essa consideração, desde já, remete a uma discussão mais ampla sobre a cultura e, especificamente, sobre a *alta cultura* e a *baixa cultura*, a cultura popular e a massiva.

A partir dessas idéias pode-se afirmar que o programa televisivo depende da estrutura econômica para sua produção, circulação e consumo. O texto, por sua parte, ficaria fora da lógica comercial por se tratar de uma categoria teórica.

Desta forma, ao se referir ao estudo de um programa televisivo como *análise textual* ou discursivo pretende-se desligá-lo dos esquemas sociológicos funcionalistas e jakobsoniano mensagem/emissor/receptor e, de afastar-se de um tipo de análise *fechado* - imanente e *formalista*, centrada só no conteúdo ou na estrutura formal - dos textos. Trata-se igualmente de deixar de lado a suposição de que a significação esteja ancorada ao texto, como acontecia nessas análises (Hall, 1992:159).

Stuart Hall, a partir do esquema de “sistemas de sentido” elaborado por Parkin (Morley, 1996:183; Hall, 1992a), transformou esse modelo comunicacional, ainda na linha estrutural-funcionalista, a partir dos aportes das análises marxistas e estruturalistas, principalmente Gramsci e Althusser. Assim, propôs o estudo dos processos de comunicação massiva segundo um *modelo* que contemple o processo como um todo, as instâncias de produção, circulação, consumo e reprodução. Em outras palavras, propõe a fuga da

(2) Por “textos abertos” Fiske entende aqueles que permitem uma variedade de significados, que estariam mais determinados socialmente que pelo texto mesmo. Essa amplitude de sentido está ligada à noção de polissemia e os dois são traços típicos do texto televisivo (Fiske, 1987:40).



perspectiva linear dos estudos baseados na seqüência emissor/mensagem/ receptor. Nesse sentido, e ao considerar qualquer prática comunicativa como cultural, o termo discurso se toma essencial. A importância deste conceito também repousa no estudo das significações sociais dos produtos midiáticos, objetivo da proposta de Hall e dos Estudos Culturais em geral.

Assim, Hall refere-se ao discurso como a forma na qual os produtos da comunicação massiva são acessíveis às audiências (1992a: 128:129). Também, é essa *materialidade* lingüística que caracteriza esses produtos na instância de produção, diferenciando-a de outras formas de produção social. Essa natureza discursiva dos produtos midiáticos não elimina sua *materialidade* no sentido econômico e institucional: os processos de produção e as práticas dos mídia como parte da Indústria Cultural.

“Mas é na forma discursiva que a circulação de produtos toma lugar, assim como sua distribuição às diferentes audiências. Uma vez produzido e interpretado, o discurso deve ser traduzido - transformado, novamente- em práticas sociais; neste caso, o circuito vai ser tão completo como efetivo. Se nenhum significado é tomado, não pode haver ‘consumo’. Se o significado não é articulado na prática, não tem efeito” (Hall, 1992a: 128)

A noção de discurso segundo John Fiske é: “... uma forma socialmente produzida de falar ou pensar sobre um tópico. É definido por referência à área da experiência social para a qual faz sentido, à localização social a partir do qual esse sentido é produzido e ao sistema lingüístico ou significante pelo qual esse sentido é, ao mesmo tempo, produzido e circulado” (1992:301)

Na perspectiva dos Estudos Culturais, o texto televisivo é, fundamentalmente, uma experiência. Considerando-se que para Morley, Hall e Fiske, uma experiência ou prática social têm uma natureza discursiva, o texto televisivo poderia ser entendido como um conjunto atravessado por múltiplos discursos e construções discursivas, assim como por discursos específicos,

midiáticos ou não. Na opinião de Fiske, em particular, o que também distinguiria o texto é a presença de contradições derivadas dos discursos que aparecem nele. Da mesma forma, são os discursos que fazem a mediação entre a experiência social das audiências e o sentido social (Fiske, 1992:301-302;1987:14)

Por outro lado, se diversos discursos podem atravessar um mesmo texto, não significa que este seja equivalente ao discurso, apesar do texto se constituir como o lugar de passagem dos sentidos discursivos. É válido tanto para discursos diretamente comprometidos com o texto em questão quanto para outros discursos que respondem a formações discursivas diferentes. (Morley, 1992:163; 1996:90:127; Hartley, 1997:112). Os textos privilegiam, ocultam e resgatam determinados discursos e sentidos discursivos. Portanto, o sentido não é uma propriedade a ser achada nos textos: a cultura os investe³ de sentido. (Hartley, 1997:112:324)

Para alguns autores, também reconhecidos como expoentes dos Estudos Culturais, o termo “texto” seria mais apropriado para designar o *objeto de estudo* das análises literárias (supondo que o texto poderia conservar-se como uma categoria não problemática). O problema surge quando, por analogia, se estende essa designação às *análises fechadas*- ou *conteudísticas*- de textos da *cultura popular* (filmes, programas televisivos e fotografias). Estas análises, imanentes e *conteudísticas*, são denominadas como textuais em oposição as discursivas⁴. E são precisamente essas análises *conteudísticas* que não se enquadrariam dentro das pretensões dos Estudos Culturais (Turner, 1992:23)⁵. Se o objetivo de uma análise que se pretenda filiar aos Estudos Culturais não pode ser, porém, a canonização do texto, corre-se o risco de julgar inválida a utilidade e a necessidade das tradições estruturalistas e semióticas, entre outras, como caminhos possíveis para estudar os fenômenos da cultura popular. Isso ocorre ao se considerar as análises textuais - também as discursivas - como

(3) O sentido é o alcance da significação, o produto da cultura. (Hartley, 1997:323) “Investir de sentido” significa que o sentido não está ancorado num lugar nem depende da intencionalidade dos indivíduos: trata-se de um processo independente, mesmo que estas instâncias intervenham no processo.

(4) De forma genérica, pode-se dizer que a crítica às “análises textuais” consiste em não considerar as particularidades da instância de recepção, a multiplicidade de leituras possíveis dependendo das posições sociais das audiências, e a estrutura formal do texto (por exemplo, os elementos retóricos, temáticos e enunciativos). Também se questiona esse tipo de análise, que não se interessa pela produção social de sentido, apenas pela produção textual. Neste tipo de análise, Turner (op.cit.) e Morley (op.cit.) incluem tanto o funcionalismo (Lasswell), quanto os formalistas russos e a corrente estruturalista (por exemplo, os primeiros trabalhos de Eco e Barthes).

(5) A referência à visão de Turner, que não é uns dos autores abordados neste trabalho, deve-se à postura em muitos aspectos coincidente com a de Morley, como, por exemplo, na crítica à focalização na textualidade. Porém, a proposta de Turner é mais radical.

uma das correntes mais fortes dentro dos Estudos Culturais.

O argumento precedente serve de suporte para uma das propostas básicas dos Estudos Culturais: analisar os fenômenos culturais, suas relações com as ideologias dominantes, as estratégias de resistência contra elas, as construções de significados que estes possibilitam e criam, as tensões dos fenômenos com as relações de poder (de classe, de gênero, de etnia, entre outras), e não as práticas significantes ou os produtos midiáticos tomados em si mesmos⁶. (Hall, 1992b; Fiske, 1987; Morley, 1992:171 ;Turner, 1992:27)

Porém, esse argumento não deixa de ser contraditório: ao mesmo tempo que privilegia a construção de sentido como processo social e cultural, é utilizado como justificativa para afastar-se das análises propriamente textuais - que permitem conhecer e reconhecer a estrutura e o funcionamento dos textos e dos gêneros narrativos- dos Estudos Culturais *legitimados*. É preciso lembrar que o texto define um campo de sentidos possíveis (Verón, 1989; Neale, 1987; Fiske, 1987). A primeira aproximação é sempre ao texto, que define um campo de significação e, a partir dele, o acesso aos discursos que estão inscritos no texto. Essa relação entre texto e discurso aparece na noção mesma de “leitura dominante”.

O discurso pode ser definido, em termos muitos gerais, como um processo social de produção de sentidos possíveis, dos quais um texto específico *escolhe* alguns que aparecerão como “significados preferenciais” e que serão confirmados, reconhecidos, reelaborados e/ ou rejeitados pelas audiências. O sentido discursivo estaria determinado pelas estruturas sociais que aparecem representadas nos discursos (Hartley, 1997:111; Morley, 1996:50:59:172).

Essa aceção do discurso, aceita também por Hall, Fiske e Morley, questiona as relações *representadas* nos discursos e, através deles, nos textos. Essa *representação* não é nunca uma relação de equivalência ou de transparência entre os discursos e a estrutura social. Nem entre os discursos e os indícios a partir dos quais as audiências podem

decodificar e interpretar esses discursos.

Segundo Fiske, a *representação* dessas relações sociais nos discursos são as *contradições* que, conforme assinalado, são às lutas, diferenças, esquecimentos entre distintos discursos que invadem um texto, às quais ele se referia. Trata-se tanto das construções textuais de posições sociais em conflito, como dos discursos extra-midiáticos, aos quais um texto em particular faz referência. Aqui, o texto define os lugares do enunciador, do destinatário e as redes de relações intertextuais. Fiske ressalta esse caráter de interrelação entre enunciador e audiências que o texto supõe, inclusive quando implica contradições entre as duas instâncias, resgatando a definição de leitura do texto televisivo proposta por Morley em *The 'Nationwide' Audience: Structure and Decoding* (1980): o momento no qual o discurso do telespectador encontra o discurso do texto. Esse encontro - a leitura - é sempre uma negociação, entre o sentido social construído no texto e aquele outro derivado da experiência social dos diversos telespectadores (Fiske, 1992:302; Morley, 1996)

Por sua vez, essas posições sociais textuais em conflito remetem ao conjunto de discursos extra-midiáticos, que compõem a formação discursiva, à qual se liga o texto a ser analisado. Isso leva à segunda questão, que envolve a significação dos textos: ela depende tanto dos indícios textuais, achados na estrutura formal do texto quanto no conjunto de discursos ativados por esse texto particular. Morley e Hall consideram, fundamentalmente, que essas audiências ascendem ao texto a partir de suas *competências*. Elas vincularão esse texto com um repertório particular de discursos e práticas, segundo classe social, vida cotidiana, gênero, religião, nacionalidade, preconceitos, competência televisiva e contexto histórico, econômico e social em que acontece a leitura.

Esses fatores mencionados não estabelecem uma relação de correspondência entre a leitura do texto e a posição social, a identidade sexual ou a nacionalidade das audiências. Tal relação de

(6) Essa consideração, taxativa nos autores citados, nem sempre é válida para todas as diversas linhas e perspectivas que se podem incluir dentro dos Estudos Culturais. Com respeito a isso, Hall e Morley, assinalam suas diferenças com os críticos pertencentes à Screen Theory que privilegiam as "determinações" do texto, em prejuízo das audiências, no processo de produção dos significados. Ver Hall (1992b); Morley (1992).



transparência não existe entre os “códigos de produção” e os “códigos de recepção”, entre o texto e suas audiências, nem entre o discurso e a realidade social. (Morley, 1992:17:173; Hall, 1992b) “De fato, não existem sistemas de significados simples, mas sim uma multiplicidade de discursos em jogo numa formação social. Esses discursos têm várias origens (...) Diferentes posições discursivas necessitam ser analisadas em termos de suas características e efeitos linguísticos e discursivos” (Morley, op.cit.: 172)

Esses nexos entre instância de produção e instância de recepção devem ser sempre levados em consideração quando se pretende fazer uma análise dentro da linha dos Estudos Culturais. Porém, existem, em termos gerais, duas estratégias básicas para realizar uma análise cultural, cada uma relativa a uma determinada instância, sem pressupor a superioridade de uma sobre outra. As duas estratégias *metodológicas* utilizadas nos Estudos Culturais, e que são plausíveis de serem combinadas, são a etnografia e a análise textual, esta última derivada das linhas estruturalistas e semióticas. A primeira permite observar como audiências específicas exploram e interpretam a polissemia textual e as lutas pela significação que se estabelecem (Fiske, 1992:305:306). Também através da etnografia pretende-se estudar as “formas complexas pelas quais a prática de assistir à televisão passa a fazer parte inseparável de uma série de práticas cotidianas” (Morley, 1996:255)

A análise textual:

“...envolve uma leitura centrada nos significados do texto - significa sua presença física- mas reconhece-se que os significados existem não no texto mesmo, mas nos mitos, contra-mitos, e ideologias da cultura. Reconhece-se que a distribuição do poder na sociedade estabelece um paralelo com a distribuição dos significados nos textos, e que essas lutas pelo poder social, ao mesmo tempo, estabelecem um paralelo com as lutas semióticas pelo significado (...)” (Fiske, 1992:305:306)

Não obstante essas duas estratégias sejam utilizadas nos Estudos Cul-

turais, alguns dos autores mais reconhecidos dessa linha preferem minimizar as referências à perspectiva semiótica, entre eles, David Morley, que também não considera adequada qualquer perspectiva que não realize um estudo com as audiências. “...não é adequada uma análise puramente formal dos códigos...” (1996:59). Isso acontece devido à necessidade de adequá-los aos contextos sócio-culturais e históricos e porque as regras de leitura, decodificação e interpretação, não são universais nem invariantes. Porém, pode-se notar que, na postura de Fiske, também não é possível afirmar que os códigos textuais não sejam imprescindíveis para a formação do sentido.

Alguns autores dos Estudos Culturais, entre eles Morley e Fiske, sobrevalorizam por momentos o papel da instância de reconhecimento no processo da significação (Fiske, 1987:14:316; Morley, 1996:261). Nesse exagero, reside parte da ambigüidade nas aproximações de Morley e Fiske porque, simultaneamente, assumem a necessidade de fazer uma análise que sempre contemple as duas estratégias metodológicas: os estudos de recepção e a análise discursiva.

Os tipos de leituras

Os tipos de leituras com as quais se trabalha para analisar os textos e as audiências na perspectiva dos Estudos Culturais são as definidas por Stuart Hall - retomando a tipologia de Parkin- como “leituras preferenciais”, “negociadas” e de “oposição” (Hall, 1992a: 136). Neste sentido, as “leituras dominantes” ou “preferenciais” são as que não entram em contradição com a ideologia dominante (ibid.): “Quando o telespectador toma o significado conotativo de um noticiário ou de um programa de atualidade política e decodifica as mensagens em termos do código de referências no qual foram codificados”.

Nas “leituras negociadas”, os destinatários não se opõem totalmente à visão dominante mas questionam aspectos desse código e a construção da realidade nele baseadas. “Decodificar e elaborar uma leitura negociada contém uma mistura de elementos de adaptação

e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para as grandes significações (abstratas), enquanto que, para as mais restritas, de nível situacional (situadas), o faz segundo suas próprias regras...” (Hall, 1992a:137)

Para os três autores a maioria das leituras são negociadas, considerando que se poderia estabelecer uma escala de posições, na qual as leituras que mais se afastam da ideologia dominante são as de “oposição” e as que mais se aproximam, as “dominantes”.

As leituras que se opõem a esses significados são as “leituras de oposição”, nas quais os destinatários produziram uma interpretação que se contrapõe aos significados da ideologia dominante.⁷

“É possível para um telespectador entender, perfeitamente, ambas inflexões, as literais e as conotativas, oferecidas pelo discurso, decodificando sua mensagem, globalmente num sentido totalmente contrário. Ele/ela decompõe a totalidade da mensagem no código preferencial para recompor essa totalidade da mensagem com um quadro de referências alternativo.” (Hall, 1992a: 137:138)

Nas “leituras de oposição”, o leitor não utiliza os “códigos” da ideologia dominante”. Essas leituras não podem ser consideradas erradas, são uma crítica às “leituras preferenciais” (Morley, 1996:130). As audiências conseguem fazer uma leitura metacomunicacional dos códigos de produção dos discursos.

A leitura dos “significados preferenciais” não permite perceber que outros sentidos possíveis foram *apagados*, opostos aos discursos hegemônicos. A constituição dessas “leituras preferenciais” também é produto da “interpelação ideológica” estabelecida pelos programas e pela televisão como instituição. Com este respeito, Fiske aponta que, só nas “leituras dominantes”, o telespectador responde à interpelação do programa e adota a posição subjetiva construída para ele (Fiske, 1992:296).

A visão de Morley, no entanto, é mais esclarecedora. O autor prefere a

noção de “interpelações contraditórias”⁸- baseando-se no trabalho de Laclau (1977; cfr. Morley, 1992:165-166) - a partir da qual é possível pensar que as próprias interpelações podem se opor entre si, se contradizer e se sobrepor, designando, simultaneamente, diferentes posições subjetivas para as mesmas audiências.

Por outro lado, Morley afirma que o fato de o leitor tomar a posição subjetiva inscrita no texto, não significa que ele aceite, totalmente, essa postura ideológica. Não só o texto pode apresentar posições subjetivas contraditórias, mas também a relação desse texto com outros textos, problemáticas e institucionais, evidencia a falta de uma relação unívoca. Essa consideração é tanto aplicável às “leituras dominantes” quanto às “leituras negociadas” e as “leituras de oposição” (Morley, 1992:167).

Entretanto, as “interpelações contraditórias” não impedem que, nas “leituras dominantes”, os telespectadores reafirmem aquelas visões de mundo e práticas significantes que reforçam a ideologia dominante. Essas cosmovisões e práticas aparecem nos “significados preferenciais” (Morley, 1992:167).

Para os Estudos Culturais, estas leituras dependem, em parte, das características formais dos textos midiáticos, das instituições sociais, das posições sociais através das quais o texto interpela as audiências e das audiências efetivas. Tanto os destinatários - construções textuais - como as audiências são interpeladas segundo grupo étnico, etário, de classe, de gênero sexual. Neste sentido, a perspectiva dos Estudos Culturais mantém certa ambigüidade ao definir os destinatários tanto como sujeitos materiais, *reais*, através do conceito de audiências ou telespectador, quanto como construções discursivas, designadas para alguns autores, com os termos de “implied viewer” (Allen, 1992:117) ou “leitor implícito pelo texto” (Morley, 1996:186).

Morley tentou resolver essa questão utilizando a distinção entre “sujeito construído pelo texto” (o enunciador e o destinatário como construções textuais), “sujeito social” (a dimensão material do enunciador e do

(7) Cabe assinalar que por ideologia dominante não se entende “falsa consciência”, mas a habilidade do capitalismo para incorporar forças de oposição e resistência. A escolha repousa no interesse de deslindar os textos audiovisuais e outras formas de cultura popular de uma análise que os interprete como mecanismos de produção de uma “falsa consciência” (Fiske, 1992:186).

(8) A noção de “interpelação contraditória” também evita a sobre-determinação da “classe social” sobre as leituras - derivada da metáfora da ‘falsa consciência’ - que se desprende do termo interpelação tal como foi utilizado por Althusser (1996:95:98; 1992:164:165).



destinatário, as noções de emissor e receptor) e “leitor ideal” (aquele destinatário, sujeito construído pelo texto, que tem uma competência de leitura ideal) (1996:186:187). Embora as categorias de “sujeito textual” e de “sujeito social” sirvam para evitar uma concepção exclusivamente textual da constituição da subjetividade, a noção de “leitor ideal” para Morley só seria aplicável aos gêneros e não aos textos individuais. Isso deixaria a análise de um conjunto de textos particulares sem marco de referência, ou como marco principal o de gênero, dificultando outros.

Uma outra possibilidade seriam as categorias de *receptor* como “leitor histórico” (nesse sentido seria uma categoria extra-textual, discursiva); de “destinatário” como “a concepção do autor a respeito da pessoa a quem está dirigida a mensagem” e a de “leitor” como a “entidade formal definida a partir do texto” (ibidem). No entanto estas categorias também são problemáticas. A noção de “receptor” está demasiado ligada ao paradigma funcionalista, enquanto a categoria de “destinatário” - muito utilizada nas perspectivas semióticas e na linha francesa de Análise do Discurso - não coincide com a proposta de “audiências” como sujeitos reais. Considera-se que o “destinatário” é a ‘imagem’ do enunciador sobre seu receptor e que, portanto, não se refere a uma pessoa ‘real’. Porém, a noção de “destinatário” tem uma significação mais estável, permitindo englobar o “sujeito construído pelo texto”, o “leitor ideal” e o “sujeito histórico”. Além disso, é uma categoria que pretende, precisamente, evitar a associação com modelos comunicativos baseados nas idéias de “autor-leitor” e “emissor-receptor”.

O mesmo pode se dizer com respeito ao conceito de “enunciador”. Se bem que este termo não é muito utilizado pelos autores dos Estudos Culturais, às vezes, não se estabelece uma diferenciação entre o *enunciador* como imagem construída e como produtor material do texto. Nos Estudos Culturais, geralmente, designa-se o *sujeito da enunciação* como “produtor”, para dar conta da sua natureza

tanto material, determinada pela estrutura socio-econômica, como de sua condição discursiva de produção.

O problema do código

Na perspectiva dos Estudos Culturais, não existem regras gerais nem universais para a formação das condições de produção. Elas dependem das codificações dos gêneros - narrativos ou não -, e de suas matrizes culturais. Também formam parte das condições de produção as estruturas *míticas* às quais o texto remete e as relações intertextuais que este estabelece com os discursos que circulam socialmente numa determinada formação histórica e cultural. Ao mesmo tempo, incluem-se nas condições de produção as relações materiais de produção e de classe.

Não existe nenhum tipo de codificação *universal*, ainda quando se retome a distinção entre denotação e conotação, como fazem Hall e Fiske. A única noção aplicável a diferentes tipos de textos é a de código midiático: “vínculos entre produtores, textos e audiências, que são os agentes de intertextualidade através dos quais os textos se interrelacionam numa rede de significados que constitui nosso universo cultural” (Fiske, 1987:4) Da mesma forma, os processos de codificação e decodificação não têm regras universais.

Hall centrou suas preocupações em destacar a falta de simetria e de transparência entre o momento da “codificação” e o da “decodificação” (1992:129), processos inseridos na instância de produção e na instância de recepção, respectivamente. Assim, a “codificação” e a “decodificação” seriam processos interligados mas independentes. A partir dessa idéia, tomada de Hall, Fiske pode afirmar que os códigos são a ligação entre o texto, a indústria e as audiências. Como assinala Hall, isso não implica uma relação de correspondência entre a *codificação do emissor* e a *decodificação das audiências* (Hall, op.cit.: 129:130)

Morley centra sua observação, precisamente, sobre essa falta de transparência nos processos de decodificação (segundo competências comu-

nicativas, posição dentro da família e de identidade sexual, por exemplo). Para ele, os códigos estariam situados nas formações sociais antes do que nos textos (1996:50:51:59). Dependeriam do lugar que as audiências ocupam nelas e da posição do sujeito na estrutura social e nas instituições específicas.

Hall, baseando-se em Barthes, diferencia dois tipos de códigos: “denotativos”, *mais ligados ao texto*, e “conotativos”, que responderiam de forma mais direta ao âmbito da cultura, como “relações contratuais do signo com o universo mais amplo de ideologias numa sociedade” (1992a: 134). Se, para Hall, equilibra-se o peso entre essas duas classes de códigos, para Fiske, no entanto, são os códigos textuais, propriamente ditos, os que norteiam as significações possíveis. Na opinião de Morley, porém, essa função só pode ser estabelecida pelos códigos de decodificação utilizados pelas audiências.

Se Fiske centra o estabelecimento das “leituras preferenciais” nos textos, deles dependeria a “clausura de sentido” frente à multiplicidade de leituras inatingíveis feitas pelas audiências. Morley, por sua parte, identifica a clausura de sentido - os limites da decodificação - com o social, e até com as audiências reais: “...o social é também um lugar de clausura na medida em que o acesso aos códigos culturais é regulado através do posicionamento social...” (Morley, 1996:51)

Além do mais, não deixa de ser verdade que os três autores admitem que os códigos textuais são tanto “denotativos” quanto “conotativos”, mesmo quando essas categorias são criticadas, precisamente, pela falsa divisão que implicam entre texto e discurso, por um lado, e entre o texto e a cultura, pelo outro.

Ainda há certas contradições ao falar-se de código. Às vezes, este é entendido como gerado a partir das condições de produção do discurso, atualizando-se somente nas estratégias discursivas. O código não preexistiria a elas. Dentro dessa vertente, pode-se localizar alguns autores da linha

culturalista entre eles Hall e Morley, respectivamente. Outras vezes, o código é entendido como preexistente às condições de produção, como se a realidade já estivesse codificada e os códigos televisivos só fossem suas representações. Esta última concepção de código corresponde à linha mais comprometida com a *análise textual* como a de Fiske. Pode-se dizer que esta dicotomia dominou a primeira etapa dos Estudos Culturais; pretendeu-se resolvê-la, posteriormente, com os trabalhos sobre a “teoria da articulação” de Hall. Apesar disso, o conceito de “articulação”, que relaciona as práticas discursivas com seus efeitos, os textos com seus significados, e estes com a realidade (Hall apud Grossberg, 1996:115), não eliminou a falsa distinção entre texto e discurso, entre *interior e exterior* e entre discurso e realidade. Essa teoria inclui também a coerência interna nos textos e discursos com respeito às posições sociais que se propõem e a contradição, a luta dos significados e posições sociais em conflito, propostas novas, assim como a correspondência entre o texto e sua significação e a não-correspondência entre os códigos do enunciador e os códigos das audiências (Slack, 1996).

Porém, os Estudos Culturais raramente questionam o conceito de código, herdado dos esquemas comunicacionais tradicionais e da sociologia empírica. Pareceu existir certa visão empiricista nos Estudos Culturais, considerando que os códigos culturais são objetiváveis e apreensíveis. Mas essa visão funda-se na negação da existência de uma realidade puramente textual e no empenho em excluir uma visão do textual como única determinação sobre a significação⁹. Esses códigos culturais só revelam certa forma de interpretar a realidade, relação essa que não é de transparência, e que está determinada pelo peso da cultura sobre a aproximação à realidade. Ao mesmo tempo, esses códigos dariam conta tanto da distinção ontológica entre fenômenos midiáticos e extra-midiáticos quanto do caráter *artificial* - socialmente construídos - dos códigos televisivos e culturais (Fiske, 1987:4:5)

(9) Nesse sentido, os Estudos Culturais se diferenciam de outras perspectivas discursivas, como a desconstrucionista.



Conclusão

É possível afirmar que o texto, como lugar de passagem dos discursos e dos conflitos entre as condições de produção e de recepção, é a primeira instância na análise dos fenômenos midiáticos. Através dos textos, os discursos midiáticos se tornam visíveis como mediação entre as audiências e as práticas sociais. Isso não elimina a existência dos aspectos *não discursivos* das experiências cotidianas, aquilo que não é o texto, nem o discurso. Porém, dentro da linha dos Estudos Culturais, verificam-se contradições entre aqueles que, como Fiske, propõem o texto como a primeira aproximação, e aqueles que, como Hall, optam por uma variante centrada no discurso desde o início. Com respeito a esta questão, Morley pode ser considerado uma opção intermediária entre o textualismo e a discursividade.

Apesar de os Estudos Culturais pretenderem afastar-se dos esquemas e teorias comunicacionais lineares (a perspectiva jakobsoniana, a Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver, entre outras), eles conservam parte da lógica dessas linhas que criticam, redefinindo conceitos como “emissor”, “receptor” e “código”. Também Estudos Culturais não se afastam destes esquemas, utilizando o “sistema de valores” de Parkin constituir os conceitos básicos das estratégias de leitura. Talvez um afastamento total dessas perspectivas não seja possível para os Estudos Culturais, embora seja este, paradoxalmente, um de seus objetivos.

Se os Estudos Culturais incorporaram uma definição antropológica de cultura, de sua relativa autonomia a respeito dos aspectos econômicos e pretendem-se não se limitar com uma delimitação de ciência, esta última afirmação pode ficar sem sentido considerando que alguns dos conceitos com os quais os Estudos Culturais ainda trabalham respondem ao modelo positivista de ciência.

A comparação entre Hall, Morley e Fiske, permite também concluir que a

noção de código nos Estudos Culturais possibilita duas interpretações distintas, mas uma análise mais detalhada revela que estas se aproximam. Se os textualistas consideram que os códigos midiáticos são uma simples representação, não tendo uma existência independente dos códigos culturais, os culturalistas adiantam que os códigos midiáticos e os culturais formam dois tipos de códigos ligados, mas independentes entre si. Se as definições de texto e de discurso (principalmente no caso dos culturalistas) parecem não se diferenciar, por tanto, pode-se questionar até que ponto a divisão entre o texto e o discurso é uma questão teórico-metodológica antes que uma *estratégia acadêmica*.

A divisão entre textualistas e culturalistas reaparece dentro dos Estudos Culturais como uma distinção entre texto e discurso, entre código midiático e código cultural nas suas diferentes concepções, (textualistas são os estruturalistas e discursivistas os culturalistas).

É possível afirmar que o texto é o lugar de passagem dos discursos e dos conflitos entre as condições de produção e as de recepção. Portanto, a primeira instância da análise será o texto.

Os discursos serviriam para por em conexão a textualidade com o social. Porém, nem sempre o social aparece nas análises textuais dos Estudos Culturais como deveria. Algo semelhante acontece com a pretensão dos Estudos Culturais de se afastar dos esquemas lineares da comunicação

Por último, pode-se dizer que as diferenças entre texto e discurso são mais metodológicas que uma estratégia acadêmica. A divisão que na década de 1970 separou os estruturalistas dos culturalistas, como disse Hall, continua até hoje, disfarçada como uma dicotomia entre o texto e o discurso. Talvez as diferenças entre Hall e Morley, por um lado, e Fiske, por outro não sejam tão notórias.

Bibliografia do artigo

- FISKE, John. "British Cultural Studies" In: Alien, Robert (ed.). **Channels of Discourse, Reassembled. Television and Contemporary Criticism.** Chapei Hill & London, The University of North Carolina Press, Second Edition, 1992:284- 326.
- FISKE, John. **Television Culture.** London & New York, Routledge, 1987.
- HALL, Stuart "Recent developments in theories of language and ideology: a critical note". In: **Culture, Media & Language.** London & New York, Routledge, 1992 b: 157-162.
- HALL, Stuart. "Cultural studies and its theoretical legacies". in: MORLEY, David e CHEN, Kuan-Hsing. **Stuart Hall. Critical dialogues in Cultural Studies.** London & New York, Routledge, 1996:262-275.
- HALL, Stuart. "Encoding/ Decoding". in: **Culture, Media & Language.** London & New York, Routledge, 1992a: 128-138.
- MORLEY, David. **Televisión, audiencias y estudios culturales.** Buenos Aires, Amorrortu editores, 1996.
- MORLEY, David. "Texts, readers, subjects" in: **Culture, Media & Language.** London & New York, Routledge, 1992,163-173.
- NEALE, Stephen, **Genre,** British Film Institute, London, 1987.
- O' SULLIVAN, Tim; HARTLEY, John; Saunders, Danny; Montgomery, Martin; Fiske, John. **Conceptos claves en Estudios Culturales.** Buenos Aires, Amorrortu, 1997.
- SLACK, Jennifer Daryl. "The theory and method of articulation in cultural studies". In: MORLEY, David e CHEN, Kuan-Hsing. **Stuart Hall. Critical dialogues in Cultural Studies.** London & New York, Routledge, 1996:112-127.
- TURNER, Graeme, "The idea of Cultural Studies". In: **British Cultural Studies: An introduction.** London, Routledge, 1992:11-39
- VERÓN, Eliseo. **La semiosis social.** Buenos Aires, Gedisa, 1989.

